

Alves vai depor em escritório

O governador de Sergipe, João Alves Filho, chegou no final da tarde de ontem a Brasília para depor hoje pela manhã na CPI do Orçamento. O local, escolhido pelo governador, será o escritório do governo de Sergipe em Brasília. Para o governador, o depoimento que ele vai dar à subcomissão da CPI já poderia ter sido realizado há bastante tempo, já que em outubro passado encaminhou carta ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, colocando-se à disposição para fornecer informações que fossem do interesse da Comissão de Inquérito, como sua relação patrimonial e todas as suas movimentações bancárias. Na carta enviada ao senador Jarbas Passarinho, o governador defendeu a quebra do sigilo bancário de qualquer homem público no exercício de suas funções, como também manifestou o desejo de que os culpados sejam punidos com rigor, "mas também fazendo justiça com os homens de bem que injustamente foram, por quaisquer circunstâncias, mencionados neste triste episódio da vida nacional".

Alves Filho foi um dos políticos citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos, que afirmou tê-lo visto numa audiência com o deputado João Alves, na época em que ele presidia a Comis-

são de Orçamento do Congresso. "É verdade, jamais deixei de procurar a comissão para tratar das emendas de interesse do meu estado", admite o governador, acrescentando que continuou procurando outros relatores e presidentes da Comissão de Orçamento para buscar recursos para o seu estado. "Isso é absolutamente normal, já que o relator da Comissão de Orçamento é a autoridade legitimamente constituída pelo Congresso Nacional para relatar emendas de interesse de estados e municípios.

João Alves Filho afirmou ainda que vai prestar os esclarecimentos à CPI hoje com o mesmo desejo de ajudar a comissão a chegar ao resultado que todos esperam: a verdade. Assegurando que o maior patrimônio do homem público é a sua honorabilidade, o governador disse ainda do seu desejo de que a CPI alcance êxito no seu objetivo, "pela oportunidade extraordinária que ela tem para o resgate da credibilidade da classe política. "No seu entender, todo homem público deve colaborar com a CPI a alcançar este êxito, "sobretudo neste momento em que o Congresso dá um elevado exemplo de maturidade democrática ao examinar seus próprios pares".